



4 de julho de 2018

É preciso retomar as lutas nas ruas. Somente através do método da ação direta poderemos avançar nas conquistas.

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- O silêncio da direção do Sinpeem diante da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Novo decreto das licenças médicas.

ABAIXO O ENTREGUISMO! FORA O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO!

No dia 26 de junho, o vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, estava no Brasil. Trata-se de uma ofensiva do imperialismo. Em outras palavras uma ofensiva do governo Trump para impor sua política às semicolônias, do capital financeiro e das multinacionais. Seu objetivo é ampliar o saque do imperialismo norte-americano sobre as reservas naturais do Brasil, pressionar o governo golpista de Temer a se alinhar à intervenção na Venezuela e, ainda, negociar o controle sobre a Base de Alcântara para desenvolver seus projetos espaciais.

O governo de ditadura civil de Temer, além disso, vem entregando ao capital imperialista através da privatização das empresas públicas. Espera fazer o leilão de linhas de transmissão da Eletrobrás até o final de julho; organizou os leilões de bacias petrolíferas do Pré-sal que atraíram as poderosas petroleiras, como a Exxon, Chevron, Shell, etc. Pretende, ainda, entregar as refinarias da Petrobras, revelando que a privatização e a desnacionalização não se limitam às fontes de naturais de petróleo. Essa investida do imperialismo está relacionada à sua dificuldade em conter a sangria da crise econômica que produziu. Além da garantia do pa-

gamento da dívida pública pelo governo brasileiro.

Neste sentido, a vinda do vice-presidente dos Estados Unidos e a política de privatização e desnacionalização do governo Temer estão relacionadas. O porta-voz das multinacionais, do capital financeiro e o representante da burguesia nacional servil estão de mãos dadas na entrega ao capital estrangeiro dos setores estratégicos da economia nacional.

Não devemos esquecer que essa política entreguista de Temer é responsável pela reforma trabalhista, pela Lei do Teto de gastos e, futuramente, pela retomada da reforma da previdência. Por isso, é preciso organizar a luta contra as reformas e contra o entreguismo do governo de ditadura civil de Temer. Não se deve substituir a luta anti-imperialista pela luta eleitoral.

A Corrente Proletária na Educação defende que os sindicatos e as centrais organizem os comitês de frente única anti-imperialista. É preciso que a vanguarda com consciência de classe se empenhe ao máximo para defender as bandeiras contrárias à privatização e à desnacionalização, bem como o não pagamento da dívida pública. É preciso retomar a greve geral do dia 28 de abril do ano passado.

Retomar a campanha salarial com luta nas ruas

Passado um mês da data base servidores municipais, o governo Bruno Covas/PSDB não atendeu a reivindicação de aumento salarial. Após uma grande greve que colocou o governo de João Dória para correr, que demonstrou mais uma vez a força do movimento grevista nas ruas a campanha salarial ficou para segundo plano. O governo correu publicar no Diário Oficial suas lamentações sobre o mentiroso déficit da previdência, com vistas a arregimentar o apoio dos vereadores na aprovação da reforma da previdência. O sindicato apenas negocia, mas não apresenta nada de concreto. Desfila uma lista de

“conquistas” em seu boletim, tais como a ampliação do valor do PDE, que não representa salário. Diz que continua pressionando o governo, mas apenas nas mesas de negociação infinitas.

A Corrente Proletária na Educação alerta aos companheiros de luta que é preciso retomar as lutas nas ruas. Somente através do método da ação direta poderemos avançar nas conquistas. É necessário aliar a luta em torno da campanha salarial com a definitiva retirada do PL 621/16 da Câmara dos Vereadores. Basta de negociações de bastidores! Colocar a classe nas ruas para conquistar vitórias!

O silêncio da direção do Sinpeem diante da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental foi homologada em sua terceira versão no dia 20 de dezembro de 2017. O conteúdo da BNCC, até a versão atual homologada, foi ditada majoritariamente por um grupo de empresários ligados ao **Itaú - Unibanco, Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Fundação Lehmann,**

Todos pela Educação, Amigos da Escola, dentre outros.

Algumas redes se anteciparam no processo de implementação da Base, a exemplo da rede municipal de São Paulo. Dória/PSDB lançou o “Currículo da Cidade” no dia 15 de dezembro de 2017 (cinco dias antes da homologação da BNCC). O atual prefeito Bruno Covas/PSDB faz propaganda demagógica de

“construção” do currículo da Educação Infantil Paulista por meio de Grupos de trabalho, utilizando-se de métodos extremamente burocráticos, apenas para legitimar um documento que certamente já está pronto. E neste processo todo, encontramos a burocracia do SINPEEM silenciada.

A falácia dos *direitos de aprendizagem* é utilizada para sustentar a ideia de equidade/justiça social. No entanto, sequer o acesso de todos à escola foi garantido. É o caso da Educação Infantil no país. O atendimento das crianças de 0 a 3 anos (creche/CEI) é de apenas 25,6% e o atendimento às crianças de 4 e 5 anos (EMEI) é de 84,3%, conforme dados do censo escolar de 2016. Além da questão do acesso, a concepção de direitos de aprendizagem também desconsidera as condições estruturais e materiais. A BNCC não apenas ignora completamente as condições de trabalho e ensino desiguais no país, como é fruto de um contexto de crise estrutural do sistema capitalista. No Brasil, a crise se manifesta por meio de ataques às conquistas e direitos: a aprovação da reforma trabalhista, a ampliação da lei da terceirização, a PEC do teto de gastos que congela investimentos nos serviços sociais por vinte anos e o projeto de reforma da previdência, são exemplos. A BNCC se soma a esse conjunto de ataques.

A tendência colocada para a Educação Infantil com a BNCC é justamente de retomada de uma concepção conteudista de ensino (pré-alfabetização), que vinculará metas de aprendizagens à matrizes de avaliação. A qualidade está condicionada a resultados, o que possibilitará a entrada de material didático específico (sistema de apostilamento) e de consultorias pedagógicas para formação continuada de professores. Essa é uma das manifestações da política privatista colocada para essa etapa da educação básica. Na realidade, funcionará como uma adaptação pedagógica à ausência de infraestrutura adequada para o desenvolvimento de outras atividades de criação/experimentação. Facilitará a ampliação da política de convênios, pois estes terão autorização para funcionar com qualquer in-

fraestrutura, como já tem ocorrido na rede. O atendimento às crianças de 0 a 3 anos, hoje, já conta com 80,46% sendo realizado pela rede conveniada e indireta em locais adaptados e apenas 19,53% pela rede direta (prédios construídos para atendimento específico das crianças pequenas).

Em relação ao Ensino fundamental, a ênfase em um ensino baseado em competências servirá de base para uma simplificação ainda maior do currículo, atrelado diretamente às matrizes de avaliação externa, fundamentada numa concepção de educação utilitarista/instrumental pautada no “saber fazer”. Essa tendência está assentada em uma relação dialética, de mútua interdependência, entre educação e produção social. No capitalismo, a educação cumpre um rol de auxiliar da produção social ao reproduzir as condições necessárias para preparar mão de obra com conhecimentos e aptidões mínimas e necessárias para ser produtiva para os capitalistas. Assim, a formação mais ampla se constitui um gasto desnecessário. Daí os ajustes curriculares e cortes orçamentários. Como se vê, a BNCC responde aos processos mais gerais que se desenvolvem no seio da produção social e acaba se ajustando à realidade econômica.

Portanto, a Corrente Proletária na Educação denuncia a BNCC a partir de um contexto concreto de crise estrutural do sistema capitalista, em que o imperialismo por meio de seus organismos internacionais (Banco Mundial, FMI) exige das semicolônias um pacote de reformas a fim de cortar gastos prioritariamente na saúde, educação e assistência social, a fim de garantir o lucro dos capitalistas. A BNCC se constitui como projeto privatista, colocando para a Educação Infantil e Ensino Fundamental a precarização do ensino público, a privatização da educação infantil por meio parcerias público privadas e a criação de novos mercados pedagógicos (apostilas, software e consultorias pedagógicas), mas, acima de tudo, os cortes de gastos com a educação servirão para valorizar capital financeiro, por meio do pagamento da dívida externa.

Novo decreto das licenças médicas

No dia 10 de maio, Bruno Covas/PSDB publica o Decreto 58.225/2018 que regulamenta a concessão de licenças médicas aos servidores municipais, que entrou em vigor após 30 dias. O decreto traz uma série de prejuízos, porém novamente assistimos à direção do SINPEEM completamente silenciada diante de mais esse ataque.

Em linhas gerais, o decreto tem a função clara de ampliar o controle sobre as licenças médicas, certamente a fim de cercar ainda mais o direito dos servidores a um tratamento médico adequado. Dizemos isso, com base em alguns indícios, tais como:

a) as readaptações permanentes aparentemente deixarão de existir na prática, já que mesmo os que possuem laudo de readaptação definitiva deverão ser submetidos a novas avaliações periciais que poderão ser revistas a qualquer tempo. E as readaptações temporárias também passaram por avaliação constante;

b) Concessões, que se mostram aparentemente bastante positivas, a exemplo da ampliação nas licenças administrativas e da licença gestante, só foram feitas com o intuito de desafogar a agenda da COGESS, possibilitando um maior

controle sobre as licenças longas;

c) As instâncias de recurso/reconsideração foram reduzidas, em alguns casos caberá apenas a reconsideração e em outros apenas o recurso;

d) Servidores em licenças médicas de longa duração (mais de 12 meses) serão submetidos à perícia por junta médica que poderá suspender sua licença, com base em avaliação que o levará ao retorno ao trabalho, à readaptação ou a aposentadoria por invalidez. A tendência maior é a de fazer com que os servidores retornem ao trabalho ou, em alguns casos, seja mais vantajoso ao governo encaminha-los diretamente para uma aposentadoria por invalidez, do que uma readaptação que garante todos os direitos de um servidor na ativa;

e) Aumento das exigências para comprovar os acidentes de trabalho, em especial os de trajeto.

f) Abertura para a terceirização das perícias, principalmente no que se refere aos exames admissionais.

Portanto, exigimos que a direção do SINPEEM se pronuncie, denunciando mais esse ataque e organize a luta contra a precarização das condições de vida e de trabalho dos servidores.